

Mitos, ciclos e a hegemonia da convenção do desenvolvimento no pós-guerra

Gabriel Dib Tebechrani Neto ¹

Resumo

O conceito de convenção social, como conjunto de crenças compartilhado coletivamente, oferece uma perspectiva interessante – em especial, pelo seu papel na coordenação e mobilização dos agentes – para tratar a problemática do desenvolvimento econômico, entendida como mudança estrutural das economias. Nesse âmbito, este trabalho propõe uma exploração do lugar histórico e hegemônico da convenção do desenvolvimento, sobretudo no caso brasileiro e latino-americano, a partir das condições extremamente favoráveis à sua composição e disseminação no pós-guerra. Sugere-se, à luz do resgate recente da literatura de ciclos econômicos de matiz schumpeteriana, a existência de uma congeneridade entre a ascensão e o ciclo de vida desta convenção e as características evolutivas do paradigma tecnoeconômico vigente, reforçadas a partir da formatação socioinstitucional edificada nos anos 30 e no pós-guerra. Sob esse prisma teórico, a crise é entendida como um ponto de inflexão, um prelúdio na configuração de uma “Era de Ouro” nas economias centrais (e, até certo ponto, na economia mundial), cuja vigência e caracterização se revelariam propícias à emergência e manutenção de um feixe de estratégias nacionais de industrialização e mudança estrutural no capitalismo periférico.

Palavras-chave: Convenção; Desenvolvimento; Ciclos econômicos; Pós-guerra.

Abstract

The concept of social convention, as a set of beliefs shared collectively, offers an interesting perspective – especially for its role in the coordination and mobilization of economic and social actors – to address the problem of economic development, understood as structural change in the national economies. In this context, this article explores the historical and hegemonic stage for the development convention, especially in Brazil and Latin America, built upon the extremely favorable conditions of the post-crisis, post-war world. Based on the recent developments on the literature of economic cycles following the Schumpeterian tradition, it suggests an association between the life cycle of this collective agreement and the evolutionary characteristics of the paradigm techno-economic, particularly reinforced after the social and institutional redesign in the 30s and 40s. From this theoretical standpoint, the crisis should be understood as a point of inflection, a prelude in the conformation of a “Golden Age” in the

(1) Mestrando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: gabriel.neto@ie.ufrj.br.

central economies (and, to some extension, in the world economy) whose duration and pattern proved conducive to the emergence and maintenance of a bundle of national strategies of industrialization and structural change in the peripheral capitalism.

Key words: Convention; Development; Economic cycles; Post-war.

Introdução²

Antes de mim, quando atacados por qualquer enfermidade, nenhum socorro para eles havia, quer em alimento, quer em poções, bálsamos ou medicamentos: eles precisavam. Hoje, graças às salutares composições que lhes ensinei, todos os males são curáveis.

Ésquilo, *Prometeu acorrentado*.

Deve-se a Freud o crédito pela interessante analogia segundo a qual os mitos representam para o povo aquilo que os sonhos representam para os indivíduos. Como representação social do sagrado inculcada nas profundezas da cultura através das gerações, os mitos compõem-se de relatos e narrativas com alto valor simbólico e alegórico que remetem aos tempos primordiais e ao sobrenatural, apresentando o protagonismo das divindades, semidivindades e heróis, suas glórias e desventuras na intervenção na ordem anterior e antiga. Essas “ações memoráveis” constituem mistérios: o homem não poderia conhecê-los se não lhe fossem revelados. O mito é, pois, a história do que se passou *in illo tempore*, a narração daquilo que os deuses ou os Seres divinos fizeram no começo do Tempo (Eliade, 1992, p. 50).

Quando deparados com a complexidade dos problemas da realidade, os atores sociais costumam se inspirar em esquemas de pensamento e metáforas que revelem os problemas e indiquem possíveis desfechos (Erber, 2002). Algumas dessas metáforas estão fundadas em histórias coletivamente compartilhadas de elevado conteúdo simbólico e alegórico que comumente remete ao mundo mitológico. Neste contexto, o enigma do desenvolvimento (ou sua face oposta, a maldição do *atraso*) povoa a cultura ocidental e o imaginário dos povos e líderes, não obstante sua cátedra profana nas arcades da Economia Política. Como expressão da discrepância histórica entre a riqueza das nações – seja em termos socioeconômicos, políticos ou

(2) Uma versão deste artigo foi apresentada no XIV Encontro Nacional de Economia Política, realizado entre os dias 9 e 12 de junho de 2009, em São Paulo.

tecnológicos – e o desejo de superação desta *fatalidade histórica* – um golfo intransponível (Arrighi, 1997) –, o *desarrollo* assumiu formas, significações e implicações distintas no tempo e nas sociedades, abarcando os mistérios e as potencialidades das economias marcadas pelo *atraso*.

Se a literatura econômica não carece de elementos míticos – notadamente nas formulações matemáticas e na construção do leiloeiro walrasiano (Prado, 2006) –, tampouco as antigas escrituras sobre o desenvolvimento. Na busca do segredo da transformação (transição) entre as realidades (parques industriais) e os distintos padrões de vida e consumo, coube aos homens reverenciar um mistério (a industrialização) e a epopeia (experiência) dos países ditos *avanzados* como um modelo a ser emulado. Através desta liturgia, os mitos são revividos e celebrados. O rito põe o mito em ação, invoca o ato original. A práxis do desenvolvimento, neste contexto, aludiu (e, até certo ponto, ainda alude) a uma tentativa de repetir (imitar) os grandes feitos heroicos e divinos, posto que, como os mitos, guarda o segredo e as origens das coisas.

Como cantam os lamentos das economias pobres e *incompletas*, condenadas às privações essenciais do capital e da poupança (Rosenstein-Rodan), não é sem ironia que lhes abundem as riquezas naturais e os braços desejosos de trabalho (Lewis). *Cumpre-lhes, então, lembrar e celebrar os velhos mitos, trilhar as sendas pioneiras*. Nesse tempo litúrgico, permite-se remontar o mito original que encerra a solução do enigma do *desarrollo*: seja no etapismo de Rostow (1974), no labirinto do desenvolvimento de Gershenkron (1966), no ciclo vicioso da pobreza (Nurkse) ou na maldição do desequilíbrio externo (Prebisch-Singer), constrói-se a fórmula mística através da qual os céus podem ser alcançados (*catch-up*). Se é preciso, sobretudo, transformar uma realidade complexa, essas histórias e metáforas constituem um instrumento de reconhecimento alegórico da mudança e, assim, elucidam os desafios e testemunham a possibilidade de receber os devidos louros pela maratona. Nesta ritualística, as concepções sobre o desenvolvimento suscitam e reafirmam o mito, dão poder mágico à reprodução do seu ato original (ELIADE, 2001). Mas seria possível reconstruir a Atlântida de Platão?

A resposta é revelada pelas mãos de Furtado (1974) em “O mito do desenvolvimento”: o objetivo de se atingir e se generalizar o caminho, as características e o padrão de vida das economias centrais – o “mito do progresso”, elemento essencial da ideologia burguesa e da sociedade industrial (Prado, 2006, p. 1) – é uma realidade inapreensível. Não obstante,

como defendeu Furtado (1974, p. 75), o mito carrega em si um discurso poderoso marcado pelo poder mobilizador e legitimador:

[...] como negar que essa idéia [do desenvolvimento] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar grandes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito.

Ora, se está correta esta percepção e o processo de acumulação do capital é irreversivelmente (e internacionalmente) assimétrico, se é ilusória a possibilidade de trilhar o caminho original dos países avançados e, contudo, a transformação se faz necessária, o ideário do desenvolvimento – para além de um simples mito (e rito) da travessia – abarca também uma refundação do mito prometeico: seja pela força do elevado conteúdo civilizatório e modernizador que lhe é imputado, seja pela urgência e esforços (coletivos) necessários para ampliar o padrão de vida dos cidadãos, erradicar a miséria e a fonte dos desequilíbrios (uma noção de progresso que, por certas perspectivas, apoiou-se no legado positivista). Apresenta-se, não obstante, como um processo essencialmente contraditório, predatório e carregado de conflito que invoca seu negativo, o “*não-desenvolvimento*” (Prado, 2006, p. 2).

Esse legado modernizante, conflituoso e transformador da realidade se expõe socialmente através de uma convenção social, de um cânone de crenças sob o qual se organizam conscientemente ações e esforços coordenados em torno de um processo que se revela carregado de imensa incerteza ontológica (Erber, 2008a, 2008b). As convenções, nesse sentido, são estruturadas sobre uma realidade em mutação que garante propriedades cumulativas à sua trajetória, compreendida dentro de um “ciclo de vida” (Erber, 2008a, p. 9) ao fim do qual ela pode ser substituída por convenções alternativas ou revitalizada a partir da nova realidade histórica.

É conhecido, nesses termos, o período em que a convenção do desenvolvimento reinou hegemônica na maioria dos países “atrasados”, sobretudo no caso latino-americano e brasileiro. Se os anos posteriores à crise de 29 contam com este ideário (tal qual o keynesianismo ao norte), assumem tonalidades cada vez mais fortes na consecução de seus objetivos de transformação da estrutura produtiva herdada, a década de 80 testemunharia o fracasso desta convenção na batalha pela hegemonia, episódio em que seu

receituário é degredado pelos diversos e graves *equivocos* em tentar devolver a civilização aos homens. Não é sem um castigo que Prometeu engana os deuses. Nada melhor que a imagem do incauto Ícaro para descrever as pretensões e os “excessos” do desenvolvimentismo: voara-se demasiadamente perto do Sol. Com efeito, seus partidários e ideólogos – a exemplo de Tântalo – são sentenciados à perpetuidade no Tártaro, enquanto um novo conjunto de crenças (nos mercados autorregulados) e uma nova convenção (a neoliberal) assume proeminência tanto no centro quanto na periferia. Foi então necessário o advento de uma crise sistêmica no centro do capitalismo – talvez o episódio mais próximo de uma nova *teogonia*, depois das grandes guerras mundiais – para celebrar os poetas banidos (Marx, Keynes, Schumpeter), reconhecer o fracasso da cartilha (ou decálogo) neoliberal, reconsiderar os projetos e as trajetórias nacionais de desenvolvimento, reformular expectativas e prioridades, repensar as prioridades da sociedade. Nesse sentido, a corrente crise – como na congênita de 29 – anuncia-se para alguns como prólogo de mudanças e reposicionamentos ou, nas palavras de Perez (2001, 2002), de um potencial *turning point*. Como nas tragédias gregas, cabe lugar à *purgação dos sentimentos*, à *catarse*.

Este artigo procura contribuir para o entendimento das razões pelas quais certas convenções – como representações coletivas que estruturam o comportamento e a coordenação dos agentes em torno de uma agenda de problemas – evoluem e se tornam hegemônicas ao longo do tempo. Especificamente, busca-se apresentar que (i) o fenômeno do desenvolvimento (notadamente no caso brasileiro e latino-americano) esteve calcado em uma convenção compartilhada e dominante em determinado período da história e que (ii) esta hegemonia não foi um episódio isolado, na medida em que se deu de maneira concomitante a uma convergência supranacional de fatores políticos, tecnológicos e econômicos (Cárdenas et al., 2000; Palma, 2003; Erber, 2008a; Maddison, 1998). Neste prisma, argumenta-se que o interesse renovado nos ciclos econômicos de inspiração schumpeteriana (Perez, 2001, 2002, 2004, 2007, 2008; Freeman; Louçã, 2001) oferece uma dimensão interessante para a compreensão desta convergência a partir da difusão e das características paradigma tecnoeconômico presente: um conjunto de instituições e regras de conduta sobre melhores práticas (organizacionais, institucionais) que moldam a trajetória e o potencial de usufruto de um conjunto de tecnologias pelas economias nacionais. Em particular, sugere-se

que a convenção do desenvolvimento encontra terreno fértil para sua difusão e perpetuação pela sua congeneridade com a formatação socioinstitucional pós-colapso de 29 e com as características evolutivas do paradigma da produção em massa, ao passo que a emergência de um novo conjunto de problemas associados a um novo paradigma (ICT), décadas mais tarde, ratificaria seu esgotamento (em termos hegemônicos). Entre as conclusões interessantes, corrobora-se a visão de Perez (2001), na qual as sucessivas revoluções tecnológicas e seus padrões de difusão demarcam espaço, questões e cenários específicos para acomodação (e hegemonia) de uma convenção (e do seu discurso), assim como abre caminhos e oportunidades para certos feixes estratégicos de desenvolvimento.

A próxima sessão procura construir e trabalhar o conceito de convenção, bem como estender sua aplicação ao ideário e aos objetivos do desenvolvimento. Em seguida, introduzem-se brevemente alguns pontos fundamentais da teoria de ciclos econômicos e ondas longas com base nos trabalhos de Carlota Perez, com ênfase nas fases distintas do ciclo, na dinâmica dos capitais e seus reflexos socioinstitucionais. Na quarta sessão, exploram-se a emergência da convenção do desenvolvimento e sua hegemonia no período do pós-guerra, compreendido como “Era de Ouro” do capitalismo do século XX, segundo *framework* analítico das ondas longas. Ao final, tecem-se algumas considerações sobre a atualidade deste enfoque, para a arquitetura de uma nova convenção do desenvolvimento em sintonia com as condições evolutivas do atual paradigma tecnoeconômico.

1 Convenções e o desenvolvimento

É necessário, em primeiro lugar, optar por um arcabouço teórico comprometido com os problemas e a dinâmica do mundo real. Sob este propósito, cabe ressaltar que a tradição pós-keynesiana (Cardoso; Lima, 2005) e neoschumpeteriana (Possas, 2002) concebe a economia como um sistema complexo, cujo ambiente assume as propriedades de não-ergodicidade (não-estacionariedade) e incerteza forte (*knightiana*) pela presença permanente de incógnitas informacionais. Em particular, o referencial neoschumpeteriano fundamenta a economia capitalista pela dinâmica concorrencial, pela interdependência e pela racionalidade limitada dos agentes (*bounded rationality*), hipóteses que assumem o lugar da estática, do individualismo metodológico e da racionalidade substantiva, pilares

axiomáticos da teoria neoclássica. Identifica-se a inovação (motivada pelo lucro) como mola da engrenagem capitalista, produzindo mudança constante (caráter evolutivo) das condições (oportunidades) produtivas. Nesse universo teórico, os processos econômicos são abertos (*open-ended*), incorporam propriedades cumulativas, irreversibilidades, *path-dependence* e *lock-in*. Se, como resultado, por um lado, inviabiliza-se o juízo matemático sobre o futuro (por exemplo, o cálculo das rendas esperadas), por outro, abre-se a possibilidade de atravessar constantemente períodos de desordem e irregularidades nas economias (como nas crises financeiras), sobretudo se o enfoque destacar o investimento como variável-chave (e as expectativas como seu fundamento). O caos, entretanto, não parece ser a regra das economias organizadas – ao menos na maior parte do tempo.

É válido recordar que Keynes (1982) já reconhecia, em um dos capítulos fundamentais da “Teoria geral”, a engenhosidade de certo arranjo institucional na contenção dos efeitos acuadores da incerteza e da complexidade, principalmente no que se refere às decisões dos agentes em torno de toda classe de “[...] eventos futuros que podem ser vistos com um maior ou menor grau de certeza” (Keynes, 1982, p. 108). Como dependente do estado das expectativas de *longo prazo*, por exemplo, o investimento estaria sujeito ao nível de conhecimento das variáveis envolvidas no processo e de seus valores no tempo (grau de certeza), bem como na confiabilidade dos prognósticos. Keynes (1982) destaca, neste âmbito, que o estado de confiança sob o qual se erige as decisões é “[...] uma matéria à qual os homens práticos dedicam a mais cuidadosa e desvelada atenção”. Dada a base comumente precária sobre as quais se constroem previsões (no caso, sobre as rendas esperadas), os “*practical men*” de Keynes recorreriam à convenção como artifício prático e tácito através do qual se constrói, racionalmente, um alicerce para o futuro.³

Pode-se, por extensão, assumir o papel das convenções sociais como salvaguarda provedora de uma base comum de ação e coordenação social. Conceitualmente, as convenções constituem acordos (institucionais) em torno

(3) “A essência desta convenção – embora ela nem sempre funcione de uma forma tão simples – reside em se supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança. Isto não quer dizer que, na realidade, que acreditemos na duração indefinida do estado atual dos negócios. A vasta experiência ensina que tal hipótese é muito improvável. [...] Entretanto, o método convencional de cálculo acima indicado será compatível com um considerável grau de continuidade e estabilidade em nossos negócios, enquanto pudermos confiar na continuação do raciocínio.” (Keynes, 1936, p. 161-162).

de um conjunto de crenças legitimados pela credibilidade e reputação entre os agentes. De forma mais abrangente, Erber (2008a) destaca que a convenção é uma representação social, um conjunto de crenças fundado em um conhecimento produzido e compartilhado socialmente, capaz de estabelecer uma visão da realidade (e incentivos) diante de metáforas tácitas e penetrantes (muitas vezes carregadas de elementos míticos). Como instituição (as “regras do jogo”), as convenções se enquadram ainda na definição clássica de North (1991).⁴

Sua operação se dá no plano da estabilização comportamental (geração de regularidades) e na formação de expectativas de modo a estabelecer maior ou menor confiabilidade sobre o futuro e, assim, traçar uma direção (teleologia) para os negócios e as economias nacionais. Evidentemente, mesmo uma forte adesão a essas convenções não elimina por completo a incerteza e, com ela, o potencial desestabilizador do sistema econômico. Tampouco uma convenção se garante como profecia autorrealizável ou ainda sinônimo de equilíbrio, se bem que se produzam certas regularidades (comportamentais) e se reforcem os mecanismos de *feedback* existentes.

Para realizar tais tarefas, cada convenção adota um repertório de problemas e uma coleção de instrumentos e instituições certificadas a responder (ou se calar) ativamente a eles. Sua base é construída a partir de um *Weltshauung* (visão de mundo) ou *ato pré-cognitivo* (Schumpeter), que delinea um diagnóstico da realidade, um tratamento e os resultados possíveis e desejados. Neste sentido, Erber (2008a) destaca que as convenções são compiladas de conhecimentos codificados (eminentemente na academia e nas ciências: teorias econômicas, políticas e sociais) e conhecimento tácitos (informais, morais e culturais). Nesses últimos, encontrar-se-iam as histórias e os mitos: metáforas que estruturam a necessidade de mudança, revelam modelos e dão robustez à teleologia (Erber, 2008a).

Ora, North (1991) já reconhecera nas instituições o papel de conectar o passado e o futuro através de uma estrutura de incentivos que estabelece uma direção para as economias nacionais: “*Institutions provide the incentive structure of an economy; as the structure evolves, it shapes the direction of*

(4) “*Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange.*” (North, 1991, p. 97).

economic change towards growth, stagnation or decline” (North, 1991, p. 97). Com efeito, por constituir um aparato institucional que estabelece tais incentivos e arbitra uma hierarquia de problemas ancorados na coordenação e sujeitos à incerteza, as convenções sociais se tornam *pontos focais* no desenho e na manutenção de coalizões políticas em torno do desenvolvimento econômico, da industrialização e da mudança estrutural. O reconhecimento da existência de uma convenção a serviço destes propósitos, no caso brasileiro, é classicamente fornecido por Castro (1993, 2007),⁵ enquanto uma ilustração da teleologia, dos incentivos e da força motriz da convenção do desenvolvimento em fazer convergir os diversos esforços é apresentada, por sua vez, na passagem de Rostow (1974, p. 19) sobre as “pré-condições para o arranco”:

[...] dissemina-se a idéia de que não só é possível o progresso econômico, mas, também que ele é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos. A educação pelo menos para alguns, amplia-se e modifica-se a fim de atender às necessidades da moderna atividade econômica. Aparecem novos tipos de homens de empresa – na economia privada, no governo, ou em ambos – dispostos a mobilizar economias, ou a correr riscos visando ao lucro, ou à modernização. Despontam bancos e outras instituições destinadas à mobilização do capital. Crescem os investimentos, notadamente em transportes, comunicações e matérias-primas em que outras nações possam ter um interesse econômico.

Cabe notar, antes de se avançar à pormenorização da agenda desta convenção, que as supracitadas transformações na economia extrapolam o conteúdo semântico do termo “crescimento” – entendido como ampliação da estrutura produtiva prévia (escala). É vital, neste âmbito, separar os conceitos de crescimento e de desenvolvimento: enquanto aquele pode ser abordado em termos quantitativos (o PIB, como agregado da renda nacional, aparece como uma primeira tentativa, na sugestão de Collin Clark), o desenvolvimento envolve uma fundamental dimensão qualitativa associada a transformações na estrutura produtiva, institucional e tecnológica, com desejáveis reflexos na elevação do padrão de vida da população. Definir quais mudanças são

(5) “Desde os anos 50 a noção de que a economia do país encontrava-se num processo de construção/modernização tornou-se uma crença amplamente difundida. Neste contexto, tornava-se muito difícil questionar o crescimento [...]. Esta crença chegou a ser assumida e exaltada por ocasião do milagre pelo Ministro Delfim Netto, que repetidamente advertia: ‘Quem correr vai ficar no mesmo lugar’. Introjetada pelos atores econômicos (e políticos) ela se tornara uma convicção, amplamente compartilhada, para qual sugeri o nome de ‘Convenção do Crescimento’.” (Castro, 2007).

desejáveis inclui, como convém ao escopo da economia política, abordar sua *práxis*, optar pelo favorecimento de certos grupos e setores, estabelecer prioridades e métodos. Implica, por consequência, intensa divergência ideológica nas agendas de problemas e soluções, assim como nas diferentes histórias sobre como ocorre essa “mudança”.

Esses conflitos remetem, por sua vez, à particular associação entre um momento histórico e uma agenda propositiva em torno da convenção do desenvolvimento. Erber (2004, p. 42), a este respeito, lembra que: “[...] *the convention about development which held the hegemony from the end of the War to the mid-eighties considered that the structural change that mattered was the change of the productive structure – industrialization, in short*”. Os insucessos da estratégia das economias primário-exportadoras após o colapso dos preços das commodities na década de 30 levam a uma reconfiguração e conscientização política sobre a necessidade de maior autonomia, com a formação de um bloco de interesses nacionais em torno da necessidade da industrialização. O suporte e a validação de qualquer agenda requer que seu conteúdo seja legitimado, objetivo ao qual se prestam comumente os economistas e as teorias econômicas. No caso da convenção do desenvolvimento que ocupou espaço na América Latina, o pensamento estruturalista-cepalino (emblemático nas figuras de Prebisch e Furtado) proveu coesão e legitimidade teórica a boa parte das estratégias, experiências e coalizões políticas ligadas ao desenvolvimento latino-americano (Cárdenas et al., 2000), particularmente no que se entende pela mudança da posição ricardiana da região em direção a uma estrutura econômica com “[...] *new comparative advantages with greater productivity-growth potential, higher ‘technology-ladders’, better balance-of-payments prospects and increased chances of ‘catching up’*” (Palma, 2003, p. 128). Entre as proposições centrais da orientação da convenção do desenvolvimento, vale destacar, de modo amplo: (i) a manufatura como motor primordial do crescimento; (ii) a via da industrialização pela substituição de importações como método; (iii) a carência de dinâmica no setor exportador de *commodities*; (iv) uma concepção estrutural (gargalos de oferta) da inflação; (v) que somente políticas discricionárias *seriam capazes de lidar com estes problemas*.⁶ O setor industrial, de fato, torna-se nesta convenção o porta-estandarte que

(6) Uma agenda específica para o caso brasileiro pode ser encontrada em Bielschowsky e Mussi (2005).

testemunha a formação das relações sociais típicas do capitalismo, especificamente de um mercado de trabalho e de um mercado de consumo de massa. O Estado, entendido como condutor do processo, é identificado como pivô na alavancagem do desenvolvimento (modelo *state-led*), sendo-lhe provida uma série de instrumentos de política econômica. Neste patamar, as experiências pioneiras dos países desenvolvidos (notadamente a inglesa) contrastam com a violência (sacrifício) necessária para – com engenho – mudar a estrutura produtiva do país (como no espetacular avanço soviético à época ou, mais tarde, à sombra do capitalismo nipônico). Esta ótica particular para a elaboração de uma agenda de problemas (por exemplo, a industrialização), soluções (acumular capital), instituições capacitadas (o Estado) e aquelas impotentes (o mercado) descreve os sacrifícios (quotas de importação) e os desafios do processo de substituição de importações. Antecipa grupos e setores favorecidos (industriais) e os vilipendiados (agricultura). Acomoda uma teleologia (mudança estrutural) e um resultado (industrialização, menor dependência externa e aumento da renda generalizado). Como explorado por Erber (2008a, 2008b), as convenções também se disseminam pelas instituições (nas resoluções da Sumoc, por exemplo), burocracias (BNDES, Sumoc, Banco Central) e organizações (universidades, sindicatos, etc.), afiançando sua robustez e legitimidade. Ganham, assim, o controle do *decision-making*, das variáveis (taxa de juros, investimento público) e ferramentas discricionárias (política fiscal, cambial) para a consecução dos objetivos da convenção (avançar nos estágios do processo de substituição de importações).

A predominância da convenção supracitada conviveu com a presença de uma convenção alternativa (precedente, de matiz liberal), cujos componentes se opõem simetricamente àquele: o papel do Estado, por exemplo, como vanguarda para o desenvolvimentismo, é visto como sinal de distorção, ineficiência e *rent-seeking* para outros; enquanto o mercado é incapaz de, sozinho, transformar a realidade no primeiro caso, só pode fazê-lo de modo livre e autônomo no segundo. Dessa maneira, as divergências entre estas convenções se traduzem em uma dicotomia que, como no duplo movimento de Polanyi (1994), abarca o peso e a sustentação de grupos de interesse em torno da crença na capacidade dos mercados autorregulados em “produzir prosperidade e sinais de progresso”. Neste movimento pendular, quanto maior a convergência dos componentes de uma convenção e maior a representação política (e participação no *decision-making*), maior sua chance

de ser hegemônica. Logo, esta hegemonia não é construída e disseminada ao acaso, mas resulta de certas configurações sociopolíticas e tecnológicas expressas na distribuição do poder político e econômico na sociedade em sua relação com os problemas da modalidade de inserção internacional das economias (ligadas, de certa forma, a questões de hegemonia de poder nas relações internacionais).

Dada a existência de convenções concorrentes ao poder, o sucesso ou fracasso na consecução dos objetivos de uma convenção determinam sua credibilidade e estabilidade. Como sua formação e seu alinhamento fazem parte de um processo social cumulativo pautado pelo *path-dependence* (Arthur, 1994), as convenções apresentam propriedades evolucionárias e, assim, são submetidas a novas problemáticas e grupos de interesse emergentes. Neste sentido, a flexibilidade e adaptabilidade das convenções são características desejáveis na sustentação do poder e no amortecimento de ataques pelo “cinturão protetor” da convenção (Erber, 2008a). O advento de uma crise ou de um choque, à medida que elenca uma nova linha de problemas (moratórias e inflação crônica, por exemplo), aumenta a desconfiança/descontentamento com relação à manutenção da agenda positivas e negativas corrente (protecionismo), colaborando para ataques ao *core* da convenção (o papel ativo do Estado), levando ao seu fracasso e posterior substituição pela convenção alternativa (privatização, abertura e desregulamentação).

As condições e oportunidades para construir (ou solapar) a hegemonia da convenção são, portanto, de interesse do estudo do desenvolvimento, tal como sua agenda e sua compatibilidade com as características (e oportunidades) econômicas e tecnológicas afluentes. Neste tom, a seção seguinte se encarrega de trabalhar uma base analítica para se entender a gênese e o ciclo hegemônico desta convenção no período do pós-guerra.

2 Revoluções, paradigmas e ciclos econômicos

A busca de um padrão recorrente e de regularidades no comportamento do nível da atividade econômica está tradicionalmente associada ao estudo da determinação e periodização dos ciclos econômicos (*business cycles*). A identificação de grandes movimentos de ascensão e queda da atividade se resume, grosso modo, em revelar possíveis

generalizações na atuação das forças, da ocorrência de eventos e dos fenômenos econômicos, muito embora estejam muitas vezes calcados em raízes multidimensionais (política, social e institucional). A contribuição de Schumpeter (1982, 1939) é de particular interesse no escopo deste trabalho. Procurou, em sua obra, destacar a dimensão tecnológica, inovativa e empreendedora como componentes dinâmicos (concorrenciais) do capitalismo. Sugeriu, em seu trabalho específico sobre *Business cycles* (Schumpeter, 1939), um modelo propositivo tricíclico formado pela superposição de ciclos (curtos) de estoques de *Kitchin* (de 3 a 5 anos), ciclos (médios) de investimento de *Juglar* (de 7 a 11) e ciclos longos de *Kondratiev* (entre 50 e 60 anos). Apesar das críticas e ressalvas,⁷ o legado schumpeteriano permitiu: (i) identificar as especificidades e singularidades de cada ciclo (as inovações não se repetem); (ii) colocar a tecnologia e a inovação (novo espaço econômico) no centro da dinâmica e da concorrência do capitalismo; e (iii) integrar o sistema financeiro (crédito) ao fenômeno cíclico através da combinação e recombinação dos capitais (investimento) em torno de ondas de inovação (em especial, de produto e processo), gerando fôlegos periódicos à atividade econômica. Em sua abordagem, esta dinâmica delinearía os períodos *de prosperidade-saturação-recessão-depressão*, gerando as grandes flutuações das economias capitalistas.

Esta tradição é resgatada e retrabalhada pela literatura recente de matiz neoschumpeteriana, notadamente pelos trabalhos de Perez⁸ e Freeman na SPRU (Science and Technology Policy Research, University of Sussex). Em especial, ressalta-se aqui a contribuição de Perez (2002) na ligação entre revoluções tecnológicas (inovação), crescimento econômico e o capital financeiro. Se o advento das “revoluções tecnológicas” tornou-se um *lugar-comum* no meio acadêmico, é com igual familiaridade e prioridade que a autora inclui os movimentos do capital financeiro na dinâmica das revoluções tecnológicas (entendidas como *cluster* de inovações). Nesta teorização, a

(7) Ver, a este respeito, Possas (1987).

(8) “‘Long waves’ in economic growth are phenomena recurring every half century, with 20 or 30 years of strong general growth followed by 20 or 30 years of unstable, uneven and slow growth with recessions and even depressions. Schumpeter attributed these long range fluctuations to successive technological revolutions. The notion of shifts in techno-economic paradigms follows this tradition. Although many radical technology systems enter the economy at different periods, those that constitute veritable technological revolutions bring far more than dozens of new industries and thousands of new products. They have universal impact by providing a quantum jump in productivity and a new dynamic potential for wealth creation that affects every economic activity.” (Perez, 2007).

recorrência das bolhas especulativas e de crises (por conseguinte, a demarcação dos “*turning points*” e grandes reposicionamentos na ordem socioinstitucional) pode ser compreendida com base no descolamento (*decoupling*) e na recomposição (*recoupling*) entre a esfera produtiva e a esfera financeira no âmbito das revoluções tecnológicas que varrem o mundo. Estas revoluções repercutem nas massivas e descontínuas mudanças nos processos produtivos, no quadro institucional e organizacional, atuando na codeterminação do nível de desigualdade entre países e regiões, níveis de concentração de mercado, padrões de vida e consumo, infraestrutura, etc. Seu livro de 2002, embora concentrado nos países centrais, faz as necessárias referências às repercussões do ciclo nos países periféricos, notadamente na relação entre os capitais migratórios (infraestrutura, produção e especulação) e as etapas percorridas nos países centrais. Trabalhos anteriores e posteriores dão cabo de complementar uma perspectiva sobre o assunto no âmbito das estratégias de desenvolvimento (Perez, 1985, 2001, 2007).

Entre as hipóteses centrais de seu trabalho, Perez admite: (i) que as inovações radicais constituem o motor das revoluções tecnológicas (e dos ciclos); (ii) que estas inovações ocorrem em bloco, na forma de *clusters*; (iii) a existência de uma separação funcional entre capital produtivo (marcado pela imobilidade, dotado de conhecimento profundo dos mercados e de capacidade de gerar lucratividade) e capital financeiro (caracterizado, respectivamente, pela mobilidade, pelo desconhecimento da natureza dos mercados e pela capacidade de gerar mais capital financeiro), cada qual com objetivos e métodos específicos de valorização (no jargão marxista); (iv) o elevado grau de inércia e resistência à mudança do quadro socioinstitucional *vis-à-vis* às mudanças constantes na esfera tecnoeconômica, acompanhados de momentos de descompasso, recomposição e acomodação.

Cada uma das revoluções tecnológicas destacadas por Perez (2007) inaugura um novo ciclo através da abertura da sociedade a novas formas produtivas que se transmutam em saltos de produtividade. Em termos mais precisos, o autor descreve a emergência de cinco revoluções tecnoeconômicas nos últimos 200 anos: (a) a Revolução Industrial, com base na Inglaterra; (b) a Era do Vapor e das Ferrovias (com base na Inglaterra e difusão posterior pelos EUA); (c) a Era do Aço, Eletricidade e Engenharia Pesada (com base simultânea nos EUA, na Inglaterra e na Alemanha); (d) a Era do Petróleo, automóvel e produção em massa (com base nos EUA, na Alemanha e no restante da Europa); e, finalmente, (e) a Era da Informação

(baseada nos EUA com posterior difusão pela Europa e Ásia). Vale notar que, nesta classificação, cada uma das revoluções envolveria, ainda: (i) um insumo de baixo custo; (ii) uma fonte de energia nova; e (iii) um material crucial, que codeterminam as oportunidades, os níveis de lucratividade e o feixe de trajetórias tecnológicas disponíveis.

Propõe-se ali que a ocorrência destas grandes vagas de destruição criadora impacta diretamente no comportamento dos agentes no que concerne à inovação, à lucratividade e aos investimentos, constituindo uma janela de oportunidade (*windows of opportunity*) para readequação de produtos e formas de produção (Perez, 2002, p. 16):

[...] that rapidly fires the imagination of engineers, entrepreneurs and investors, who in their trial and error experiments applying the new wealth creating potential, generate the successful practices and behaviors that gradually define the new best-practice frontier [...] facilitating compatible innovations and hindering and hindering incompatible ones.

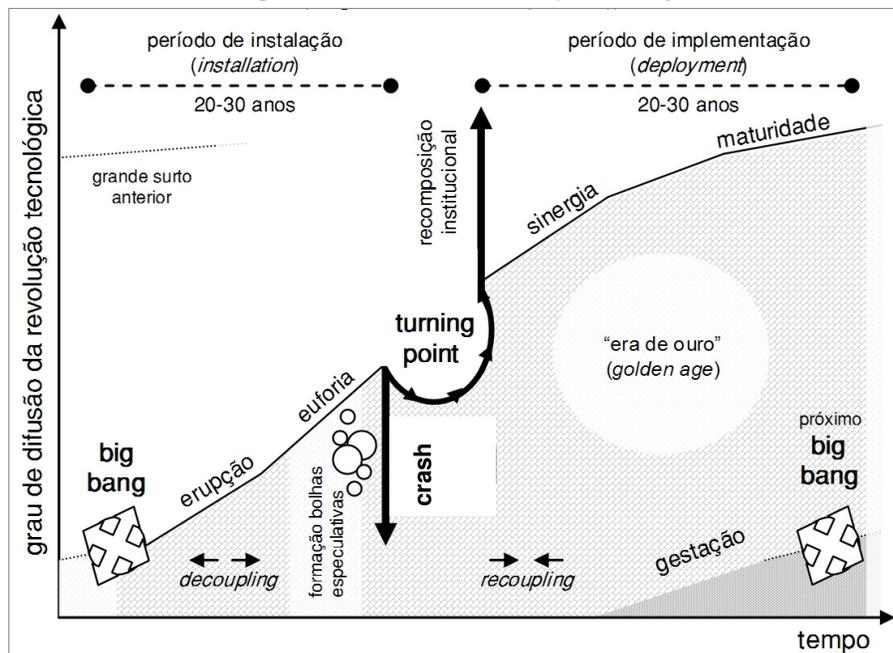
Um conceito interessante nesta análise é o de grandes surtos de desenvolvimento (*great surges of development*) como um processo de mudança que transborda e difunde as novas ideias pela economia, provocando mudanças estruturais na produção, na distribuição, na comunicação e no consumo, elevação de produtividade e padrão de vida.

No tocante à dinâmica do ciclo (com duração entre 50 e 60 anos), é conveniente iniciar a análise a partir do período de maturidade do surto de desenvolvimento anterior, quando o capital financeiro (na forma de capital de risco), diante da saturação das oportunidades rentáveis, da acomodação dos mercados e da redução da rentabilidade das indústrias consolidadas, fomenta a prospecção de novas e rentáveis oportunidades (tecnológicas), ligadas, por exemplo, à redução de custo e ao aumento de produtividade. Com o sucesso na constituição de um *cluster* de inovações radicais (ligados a essa “nova economia”), detona-se do um processo massivo de investimentos associados, dando início ao *período de instalação*. A atuação explosiva da revolução tecnológica, descrita alegoricamente como um *Big Bang*, garante a reformulação de toda a constelação econômica, através da reconstrução do aparato produtivo, da geração de externalidades e da instalação das novas tecnologias e infraestrutura específica. É um período marcado, na terminologia schumpeteriana, pela “*destruição criadora*”, mas também pela “*exuberância irracional*” dos mercados financeiros.

No decorrer deste percurso de consolidação do novo paradigma, o capital financeiro se descola (*decoupling*) do capital produtivo, inaugurando a

fase de euforia (*frenzy*). Trata-se, em grandes linhas, de um momento caracterizado pelo exagerado otimismo, pelo elevado nível de concorrência (preço), pelas grandes ondas de fusões e aquisições, pela predominância do individualismo (convenções), pela busca incessante por lucros elevados e grandes oportunidades, pelo aumento das desigualdades regionais e internacionais (no aspecto renda e na tecnologia), pela propagação de inovações financeiras, pela desregulamentação e inflação do preço dos ativos (descolamento entre riqueza real e a de “papel”). Não à toa, constitui um período historicamente favorável ao surgimento de bolhas especulativas e tecnológicas e de um movimento de capitais em direção à periferia na busca de lucros de curto prazo e instalação de infraestrutura.

Figura 1
A sequência de fases de uma revolução tecnológica



Fonte: Adaptado de Perez (2002, p. 74).

Essa fase evolui até que o descolamento atinja patamares insustentáveis, instante em que as bolhas especulativas (e tecnológicas) encontram seu desfecho em grandes crises (*crashes*). É um momento de quebra de expectativas e convenções, com ampliação das incertezas quanto

ao futuro. As economias enfrentam o pessimismo e a recessão (eventualmente, depressão), enquanto dura o reposicionamento institucional, a repactuação entre os capitais, os limites da acumulação e as novas instituições regulatórias que resgatem o lado real da economia e evitem que as extravagâncias do capital financeiro se repitam no futuro (por exemplo, através de regulamentação e controles de capitais). Este ponto de inflexão (*turning point*) torna aparentes os focos de tensão entre riqueza real e “imaginária” e expõe a gritante polarização da renda e turbulência política, inviabilizando a continuidade e os fundamentos institucionais da trajetória de crescimento prévia e, por consequência, a difusão da revolução tecnológica.

A necessária recombinação é marcada pela resistência e inércia do arcabouço institucional vigente (Perez, 1985), seja por questões burocráticas (leis, regulamentos), seja pelos sucessos passados e resquícios de credibilidade (ilusão de segurança em um momento de incerteza generalizada) e grupos de interesse ancorados no arcabouço vigente: “But institutions have a natural inertia, strengthened by past successes and vested interests. It is only when the negative social consequences of these times of ‘creative destruction’ in the economy generate strong political pressures for change [...]” (Perez, 1997). Após o atrito da recomposição, a estabilização e o reforço da relação entre o lado real e financeiro da economia (com viés produtivo), o conjunto de variáveis e configurações sociais, institucionais, tecnológicas e econômicas (*best practices*) que acompanha a expansão (*boom*) constitui um padrão que recebe o nome de paradigma tecnoeconômico.⁹ O conceito, erigido a partir da extensão feita por Dosi (paradigmas tecnológicos) da dinâmica *epistemológica* (Kuhn), define como será o território para a prática normal da inovação (para os próximos progressos marginais) compatível com a nova fronteira de produtividade da economia. Nas palavras de Perez (2002, p. 15):

[...] *techno-economic paradigm is, then, a best-practice model made up of a set of all-pervasive generic technological and organizational principles, which represent the most effective way of applying a particular technological revolution and of using it for modernizing and rejuvenating the whole of the*

(9) Cabe clarificar que a noção de que o paradigma tecno-econômico extrapola a dimensão do conceito de paradigma tecnológico em Dosi: “*The new paradigm is capable of transforming every branch of the economy and the economy of every country, renovating products and processes, relocating activities, redefining markets, redesigning firms and gradually modifying the ways of producing and the ways of living across the planet*” (Perez, 1997). Desta forma, pode-se classificá-lo também como um metaparadigma.

economy. When generally adopted, these principles become the common-sense basis for organizing any activity and for structuring any institution.

Nessa nova etapa, a relação entre produção e capital financeiro é harmonizada (*sinergy*) via novas instituições e regulações (internacionais e nacionais), reduzindo a incerteza ao preço de lucros mais modestos. Como o terreno para uma nova trajetória de crescimento (*upswing*) está disponível graças à provisão da infraestrutura necessária no período anterior (*installation*), dá-se início ao período de implementação (*deployment*) do paradigma, em que a difusão dos frutos da revolução tecnológica em curso é ampliada (em grau e espaço). É também o momento em que se prioriza a coletividade (convenções sociais, garantia e seguridade social, ampliação da esfera do consumo de massa, etc.), ao passo que o alcance da revolução tecnológica é estendido a países até então fora da nova ordem produtiva:

The expansion in turn requires growing demand, which usually supposes income distribution and implies government policies of a welfare sort. It is a shift from the individualist survival-of-the-fittest profit seeking of the installation period to favoring collective well-being in order to profit from generalized growth. It is also a shift from ferocious free competition for survival to more stable industry structures formed through merger and acquisitions and embodying a form of oligopolistic competition. Those shifts are the essence of the Turning Point between the two periods of each surge. (Perez, 2007, p. 17-18).

O *crash* abre espaço para a consumação da chamada “Era de Ouro” (*Golden Age*), período marcado pela expansão dinâmica da economia, pelas elevadas taxas de crescimento, pelo aproveitamento de economias de escala, pela elevação do padrão de vida, pela difusão do padrão tecnológico. O capital financeiro, embora ainda direcione o modo do crescimento, aparece mais atrelado à esfera produtiva:

When a mode of growth based on social cohesiveness is established, moral principles are in force, ideas of confidence flourish and business is satisfied about its positive social role. It is a time for advance in labor laws and other measures for social protection of the weak, a time for income redistribution in one form or another, leading to enlarged consumption markets. It is above all the reign of the ‘middle class’. Fast and easy millionaires are rare, though investment and work lead to persistent accumulation of wealth. Production is the key word in this phase. (Perez, 2002, p. 54).

Com a continuação do processo de difusão, entra-se no período de maturidade do paradigma tecnoeconômico, marcado pela saturação do investimento, redução das margens de lucro, desaceleração do crescimento e acomodação produtiva. Como primeiro sinal da separação, o capital

financeiro inicia a prospecção de novas oportunidades (lucros extraordinários¹⁰): seja na periferia, seja na gestação de novos produtos, processos e materiais vinculados à próxima revolução tecnológica. Este anticlímax traz, como diria Polanyi, um novo movimento em direção aos mercados autorregulados.

É necessário ressaltar, posto isso, certos pontos importantes da teoria aqui exposta, alguns deles relativos a críticas antigas à teoria de ciclos em Schumpeter e Kondratiev. Em primeiro lugar, como modelo histórico, o enquadramento dos eventos históricos no *framework* de Perez reconhece que algumas fases são naturalmente mais fáceis de se identificar na história, enquanto outras apresentam *lags* e extensão diferente do esquema-padrão apresentado. Isto implica reconhecer que pode haver sobreposição (*overlap*) de fases e que a difusão do surto de desenvolvimento (e da revolução tecnológica) tende a ser assimétrica no espaço e no tempo, a partir da base de sua eclosão. Assim, enquanto as crises e os colapsos tendem a marcar mais facilmente os períodos, graças à violenta contaminação dos mercados internacionais (via comunicação e comércio, mas principalmente pelos mercados financeiros), as fases de difusão, gestação e eclosão de uma nova revolução costumam ser menos distinguíveis, compondo camadas na economia com a estrutura tecnoeconômica anterior. Assim, a escolha dos anos de início e fim das fases e revoluções é arbitrária, ainda que sujeita a um critério simbólico de representatividade.

Em segundo lugar, há a questão tradicional de mensuração e identificação exata dos ciclos (questões empírico-estatísticas). Nesse âmbito, Perez partilha do ceticismo de Schumpeter quanto à identificação clara das regularidades e da periodização rígida dos picos e vales, bem como da utilização de dados agregados, posto que o emprego de critérios homogêneos e agregados (como o PIB) esconde a heterogeneidade da estrutura produtiva e os movimentos díspares da velha e da nova economia, clivagem refletida nas distintas taxas de crescimento que se acomodam no seio da revolução tecnológica em difusão. A autora espera, entretanto, que se observe algum grau de regularidade em termos desagregados e, na fase de sinergia, alguma

(10) Assim, a ocorrência das crises (na forma de “manias”, bolhas tecnológicas e financeiras, *crashes*) é favorecida nos períodos de Euforia e Maturidade, posto que as duas fases favorecem o *decoupling* entre capital financeiro e produção, seja através de fraudes, de operações escalonáveis de risco ou de inovações nos instrumentos financeiros.

convergência em termos agregados, já que esse período é propício à homogeneização e estabilização dos novos setores no arcabouço produtivo.

Por fim, cabe lembrar que não se espera simultaneidade das ondas longas no mundo. Ao contrário do processo de contaminação das crises, este súbito e violento, a expectativa é de que se observe nos demais períodos uma sequencialidade (e atrasos) na propagação e no aprofundamento do paradigma tecnoeconômico pelos países e setores das economias, a partir dos *países-base* e dos *setores-chave* da revolução tecnológica. Com efeito, a exportação da revolução aos países periféricos está, em geral, sujeita a retardamento de décadas, enquanto ela se aprofunda e amadurece nos países centrais.

3 A ascensão da Convenção do Desenvolvimento no pós-guerra

Os números de Maddison (1998) confirmam a *performance* excepcional do período que vai do pós-guerra ao primeiro choque do petróleo (1950-1973), um “*período sem paralelo na história*”. O PIB mundial cresceu em média 4,9% ao ano (três vezes mais que no período precedente) e as exportações 7%. Este forte dinamismo é observado em todas as regiões do globo e representado por uma taxa de crescimento do PIB *per capita* maior que a de qualquer outro período desde 1820. Os países da OCDE têm sua produção triplicada e sua renda *per capita* elevada em 2,4 vezes. A América Latina, que havia se destacado com a maior taxa de crescimento nos anos que se seguem ao colapso financeiro de 29 (Maddison, 1998), apresenta, para o período entre 1950 e 1981, uma taxa média de crescimento do produto não só maior que a de qualquer outra região em desenvolvimento como também, e pela primeira vez, maior que a dos países da OCDE (5,3%, contra 4,2% da OCDE) (Palma, 2003). Estes números extraordinários reforçam a existência de condições excepcionais para a expansão da produção, para a industrialização e para o crescimento econômico tanto no centro quanto na periferia do capitalismo.

O mundo atravessava a quarta onda de Kondratiev, cujo *core* esteve calcado no petróleo, nos automóveis, na motorização e na produção em série (Freeman; Louçã, 2001, p. 267). O ponto de partida (“*epochal*”) da revolução tecnológica é o início da operação da linha de montagem do modelo Ford-T, em 1908 (Perez, 2002), símbolo que abarca os aspectos multidimensionais da nova constelação tecnológica em difusão, tais como: o aproveitamento de

economias de escala e mercados de massa, a mudança da base energética para o petróleo, mudanças na organização das firmas (integração horizontal, hierarquização e especialização funcional), padronização dos produtos (produção em série) e centralização de poder. Como argumenta Perez (2002), o aproveitamento e a difusão dos potenciais dessa quarta onda só seria possível mediante instalação de infraestrutura apropriada e políticas de emprego e renda compatíveis com o paradigma emergente, de forma a se viabilizar mercados consumidores amplos que sustentassem a nova economia. Como se sabe, esse momento oportuno de reconfiguração socioinstitucional (*turning point*) só será construído após a crise de 29, no período que vai se estender até os anos do pós-guerra:

Last time around, to overcome the great depression of the 1930's and to rebuild the economy after the war, it was necessary to surmount the prevailing notions about the superiority of free market mechanisms and accept the establishment of massive and systematic State intervention in the economy. (Perez, 2004, p. 17).

Essa mudança de postura está conectada, de certa forma, à própria reconfiguração necessária tanto para a estabilização do sistema (políticas de emprego e investimento público massivas) quanto para a adequação ao novo padrão de acumulação,¹¹ no que concorda Palma (2003), em particular, no tocante à conveniência das políticas keynesianas de renda e emprego para os países centrais:

The collective memories of the 1930s and of the war played an essential role in shaping this "golden age". Keynesian demand-management, a growing welfare state, powerful trade unions, different policies to strengthen property rights over human capital, and the compatibility of US internal policy goals with extern leadership requirements helped the OECD achieve this unprecedented performance. (Palma, 2003, p. 128).

Assim, embora dotados de especificidades locais, cada um dos modelos adotados nos países (centrais ou periféricos) convergiram em vários

(11) "All this was deeply consistent with the requirements of the mass production paradigm. In fact, that paradigm, with its economies of scale, based on very high volume and standardized demand for military and consumer goods, seemed to require some form of 'national statism'. The four political systems that were adopted for growth with that paradigm were: Soviet socialism, Nazi-Fascism, Keynesian democracy and State Developmentalism (as one could call the various versions of State-led growth in the Third World). In spite of their profound differences, these four systems were all coherent with the requirements of the growth potential provided by the paradigm. Hence, they shared many formal features, including centralized governments with huge demand and significant employment and mechanisms for controlling or 'overseeing' the national economies and the inter-national exchanges." (Perez, 2007, p. 19).

aspectos graças ao compartilhamento do paradigma tecnoeconômico vigente (produção em massa, fordismo), particularmente no que concerne ao papel central e ativo do Estado (Cárdenas et al., 2000) nas questões econômicas, no emprego, na redistribuição da renda e na redução das disparidades regionais: “*High rates of urban employment, absorbing migrants from the country-side, coupled to the supply of durable consumer goods provided mass-support to industrialization, even where political regimes became authoritarian*” (Erber, 2008a, p. 11)

Deve-se lembrar, ainda, que a reconfiguração do plano socioinstitucional se faz necessária para que se consubstancie o *recoupling* entre as esferas produtivas e financeiras após a quebra das convenções liberais ligadas ao padrão-ouro e aos fluxos financeiros internacionais. Para Cárdenas et al. (2000, p. 5) “[...] *as the Second World War drew to close the international system was clearly perceived to have broken down and to require major institutional change. Led by the USA, talks had gone on at many levels during the war itself to prepare to build the peace*”. Sobre essas reformas, Maddison (1998) destaca, entre os pontos importantes: (i) a criação de uma nova ordem internacional baseada em controles de capitais e regulamentação dos fluxos financeiros internacionais, bem como instituição do padrão dólar-ouro (acordos de Bretton Woods, criação de órgãos multilaterais, como FMI, Banco Mundial, GATT); (ii) a devoção das políticas domésticas à promoção deliberada da demanda e do emprego nos países avançados; (iii) o círculo virtuoso relacionado à recuperação dos países da Europa (Plano Marshall) e Ásia no pós-guerra, aliado à contínua expansão e aceleração do progresso técnico nos Estados Unidos. O período, não por acaso, é marcado por uma polarização tecnológica forte ligada aos avanços dos Estados Unidos (como por conta da economia de guerra, militarização) perante a também vitoriosa União Soviética. Erber (2008a) aponta a importância do contexto geopolítico da Guerra Fria,¹² particularmente na disputa entre os blocos através do suporte ideológico, financeiro e técnico à industrialização dos países menos desenvolvidos.

(12) Segundo Perez (2004): “*On the international level, these national arrangements were complemented by the economic, political and military hegemony of the United States in the West (holding the Cold War balance with the Soviet System), Bretton Woods, the United Nations with all its specialized agencies, the GATT, the Marshall Plan, the IMF, the World Bank, gradual decolonization and multiple other institutions and measures, geared to facilitating the international movement of trade and investment, as well as to maintain political stability*”.

Mesmo a excepcional experiência japonesa de desenvolvimento capitalista só pode ser entendida no plano internacional, tendo se tornado ícone (ou vitrine) de sucesso e virtude para os demais países (notadamente os do “Terceiro Mundo”). É nesse contexto em que se propagam os estudos clássicos sobre a industrialização e o desenvolvimento e se consolidam coalizações e consensos em torno da sua necessidade (e conveniência). Somente então se permite identificar claramente avanços em termos da hegemonia da convenção do desenvolvimento:

Mostly important, national State bureaucracies, committed to greater political autonomy, had evolved and viewed industrialization as a necessary ingredient of such goal. [...] As a result, a powerful coalition of international and local interests was formed in favor of industrialization. Such coalition was greatly reinforced by the international competition within oligopolies fighting for market shares on a global scale, following the reconstruction of the industrial power of Western Europe and Japan. (Erber, 2008a, p. 10).

Quanto à América Latina, como é de amplo consenso na tradição da economia política, o colapso do preço das *commodities* e dos fluxos de capitais na década de 30 põe em cheque o modelo de industrialização (“espontâneo”) previamente estabelecido (*export-led*). De fato, a mudança na estratégia parece ter sido, em grande parte, uma resposta histórica aos ciclos financeiros e às crises no setor externo (Medeiros, 2008). A ocorrência de problemas (desequilíbrios) constantes na balança de pagamento colabora para o início das políticas deliberadas de substituição de importações, moratórias, controles de câmbio e práticas discricionárias:

This collapse [...] led to a wave of devaluations and protectionism which shifted relative prices in favor of domestic industries and proliferation of bilateral trade agreements, which enhanced the complexity of the 1930's that it seemed natural and even necessary to practice them under controls of foreign trade operations to guarantee bilateral trade equilibria practices which were unknown before. (Cárdenas et al., 2000, p. 9).

A necessidade e conveniência dessas políticas são compartilhadas pelos atores econômicos e criam o consenso em torno da agenda do desenvolvimento e do protagonismo do Estado. No Brasil, por exemplo, os setores sociais e políticos convergiam no fundamental papel do intervencionismo estatal:

Os traços comuns das três correntes desenvolvimentistas (setor privado, setor público não-nacionalista e setor público nacionalista) eram, fundamentalmente, o projeto de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e a convicção de que para isso era necessário planejar a

economia e praticar distintas formas de intervenção governamental. (Bielschowsky; Mussi, 2005, p. 13-14).

O favorecimento dos objetivos da convenção supracitada se dá também pelas condições produtivas nos países centrais, graças às quais o *desarrollo* dos países periféricos viria a constituir um negócio interessante e rentável (Cárdenas et al., 2000). Perez (2008) destaca que, ao final dos anos 50, muitas das grandes corporações nos países centrais atravessavam dois limites para o crescimento: por um lado, a fronteira tecnológica limitava a entrada de novas linhas de produtos e ganhos de produtividade incrementais; por outro, a expansão dos mercados consumidores atingira níveis de saturação. Simultaneamente, economias periféricas proveriam boas oportunidades para investimento direto e de comércio de máquinas e bens de capital. Erber (2008a, p. 11) constata, neste mesmo plano:

Facing export barriers, producers of durable consumer goods, capital goods and intermediary products jumped over such obstacles establishing subsidiaries in LDCs [Less Developed Countries], especially in those countries which had large, protected and highly profitable markets.

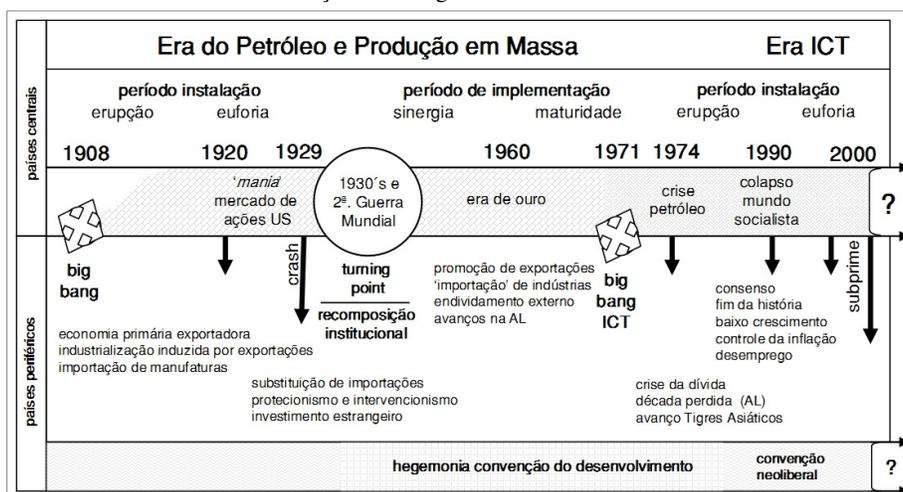
A sobreposição desse período de industrialização na periferia com a aproximação do período de maturidade do paradigma tecnoeconômico nos países centrais não é coincidência. De fato, como se abordou anteriormente, a redução das oportunidades de negócios, a saturação dos mercados, a concorrência oligopolista e os lucros modestos nos países centrais ao longo das décadas de 50, 60 e 70 são fatores de expulsão de capital, levando à sua migração países periféricos.¹³

Logo, pode-se sustentar que a mudança estrutural – como cerne da convenção do desenvolvimento – esteve conectada também ao ritmo de expansão radial do paradigma a partir dos países centrais, à medida que estes avançam em direção ao esgotamento das possibilidades tecnológicas e produtivas: “*This means that ‘miracles’ of synergy, intensive growth and prosperity fueled by each technological revolution, move out to further and further rings, from the areas of maximum development towards the least developed*” (Perez, 2002, p. 64). Esta evidência é ainda mais clara quando se explora o core teórico-estratégico da convenção do desenvolvimento – o

(13) “*A sort of pulsating movement inward and outward between core and peripheral countries seems to characterize the availability of investment capital in the periphery. It is during Maturity and Frenzy, as will be seen later, that idle capital goes out searching for opportunities (...) times of capital migration. (...) These overflows of investment to the peripheries can give the last push to catching-up processes in countries that are ready for it.*” (Perez, 2002, p. 84-85)

processo de substituição de importações (PSI) – como pivô do processo de mudança da posição ricardiana, na internalização do eixo dinâmico e na transferência de progresso técnico. Se bem que o PSI não resolvesse definitivamente o problema no balanço de pagamentos dos países periféricos, já que as camadas subsequentes de substituição demandavam grandes volumes de bens de capital e aumentavam a repatriação de capital via remessa de lucros, *royalties* e licenças, ele implicou a mobilização e a coordenação dos atores em torno do emprego, obras de infraestrutura e serviços, modificando a estrutura social dos países da periferia (por exemplo, pela emergência da classe média) pelas próximas três décadas.

Figura 2
Evolução da Revolução Tecnológica e do paradigma tecnoeconômico *vis-à-vis* às
Convenções/Estratégias de Desenvolvimento



Fonte: Adaptado de Perez (2002, p. 78) e Perez (2001, p. 123).

Desta forma, pode-se afirmar, como sintetizado na Figura 2, que o *turning point* anunciado pela crise ao final da década de 20 constituiu prelúdio de grandes reconfigurações socioinstitucionais mundiais, que: (i) permitiram o reordenamento do cenário internacional (político, financeiro e comercial); (ii) favoreceram a formação de coalizações nacionais e internacionais convergentes em diversas dimensões, particularmente aquelas compatíveis com a formação e expansão de mercados consumidores (emprego e renda); (iii) garantiram a difusão da revolução tecnológica

vigente nos países centrais e sua posterior propagação aos países periféricos. A hegemonia da convenção do desenvolvimento é parte integrante deste processo, coerente com o *framework* analítico e teórico que identifica a formação de uma “Era de Ouro” no capitalismo do século XX.

Considerações finais

A teoria dos ciclos apresentada tem algo a dizer sobre a ascensão e queda da convenção do desenvolvimento. Em conexão com o contexto sociopolítico em que se insere seu papel histórico, as mudanças nos paradigmas tecnoeconômicos oferecem um feixe de valiosas informações que contribuem ao entendimento das direções e oportunidades das estratégias de desenvolvimento em determinados períodos como parte de uma reconfiguração maior do modo de produzir riqueza pelas sociedades. As crises, nesta perspectiva coevolutiva, são entendidas como prelúdio da mudança. Pôde-se entender, diante do exposto, que as condições favoráveis da “Era de Ouro” são resultado da recomposição institucional pós-crise, do novo pacto entre o capital financeiro e produtivo e do estabelecimento de uma nova ordem mundial. A transição, como argumenta Perez, é um longo período de tentativa e erro, de confronto entre forças da transformação e a inércia, de conflitos e negociações, numa ambiente cerceado pela de instabilidade, pela incerteza e pelo sofrimento generalizados. Conquanto seja de difícil previsão o sucesso ou o fracasso destes experimentos, a prosperidade dependerá do estabelecimento de certo arranjo institucional e regulatório adequado e favorável à difusão do paradigma tecnoeconômico vigente.¹⁴ No escopo deste trabalho, sugeriu-se que a convenção do desenvolvimento encontrara nessa reconfiguração um terreno fértil (político e econômico) para angariar força e expressão política, na medida em que apresentava, em oposição à convenção então prevalecente, uma agenda de problemas, instituições capacitadas e soluções compatíveis com o reposicionamento socioinstitucional (supranacional) e com uma a mudança estrutural do país. Especificamente, esta teria sido favorecida pelas condições extraordinárias no pós-guerra, pelo estabelecimento de um grupo hegemônico

(14) “Each transition, then, by implying a radical restructuring, reopens the question of the development perspectives of the various countries, as well as that of the better or worse distribution of the benefits of future growth, among social groups, regions and countries [...]. Thus, in spite of the crisis and because of the crisis, it is essential to open new spaces for development thinking in terms of the future.” (Perez, 1985, p. 11-12).

que compartilha essa convenção, pelo suporte amplo de grupos de interesses e pela modalidade de inserção internacional do país.

O ideário desenvolvimentista, à semelhança dos mitos, apresenta uma estrutura dinâmica graças aos enigmas que encerra, segredos que lhe conferem pluralidade de interpretações e atualizações a partir do contexto histórico em que são contados. Este caráter cifrado e simbólico permite ao conceito de *desenvolvimento*, como conteúdo programático, tomar a forma do recipiente que o carrega. Cabe, certamente, repensá-lo – não no contexto mítico, mas como uma proposta civilizatória que reserva (a que preço?) uma ampliação do padrão de vida das populações. O advento de uma nova crise internacional fornece, à luz deste trabalho, a possibilidade de se abrir um novo *turning point*, apropriado à conformação de novas formas a este conteúdo, ao mesmo tempo preocupado com as transformações necessárias da realidade latino-americana/brasileira mas também compatível com as trajetórias tecnológicas e oportunidades econômicas disponíveis na constelação do paradigma dominante. Por fim, a teoria aqui esboçada alerta para a necessidade de se constituir e se adaptar a agenda do desenvolvimento a problemáticas emergentes, para que mantenha credibilidade e estabilidade no cenário político. As questões ecológicas e energéticas, neste sentido, constituem exemplos de como certos problemas atuam no redirecionamento de certas oportunidades, ao mesmo tempo em que impõem limites a algumas estratégias que dominaram a agenda do desenvolvimento no passado.

O legado prometeico não deixa dúvidas quanto à reconstrução de um projeto nacional transformador e civilizador. Não se trata, portanto, de refundar o mito, mas de construir um histórico e particular sentido para o desenvolvimento. Afinal, tal como lembra o próprio Prometeu, na tragédia de Ésquilo: “Dei-lhes uma esperança infinita no futuro”.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARTHUR, W. Brian. Competing technologies, increasing returns, and lock-in by historical small events. In: _____. *Increasing returns and path dependence in the economy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. *O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*. CEPAL, 2005. Mimeografado.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPA/INPES, 1988.

CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, Jose Antonio; THORP, Rosemary. An economic history of twentieth-century Latin America. *Industrializations and the State Palgrave*, St Antony's Series, v. 3, 2000.

CASTRO, Antônio Barros de. Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. In: SMITH, William; CUÑA, Carlos H.; AMARRA, Eduardo A. (Org.). *Democracy, markets and structural re-form in Latin America*. Miami: Transaction Publishers, 1993.

_____. *Trajelórias e inflexões sobre o longo prazo da economia brasileira*. Berkeley: UCLA. Centre of Latin American Studies, 2007.

CARDOSO, Fernanda; LIMA, Gilberto Tadeu. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23, 2005, Natal (RN). Natal: Anpec, 2005. *Anais Eletrônicos...*

CHANG, Haa-joon.; EVANS, Peter. *The role of institutions in economic change*. Texto apresentado na conferência "The Other Canon and Economic Development", Oslo, Noruega, 14-15 ago., 2000.

ELIADE, M. *O profano e o sagrado*. São Paulo: M. Fontes, 1992.

_____. *Aspectos do mito*. São Paulo: M. Fontes, 2001.

ERBER, F. S. Brazilian development in the nineties: myths, circles and structures. *Nova Economia*, v. 12, n. 1, 2002.

_____. Innovation and the development convention in Brazil. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 3, n. 1, 2004.

_____. *The evolution of development conventions*. 2008a. (Working Paper). Disponível em: <http://www.files.scire.coppe.ufrj.br/iss2008/1092/f544.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2008.

_____. *As convenções de desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política*. 2008b. (Working Paper). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fabio_erber_120908.pdf. Acesso em: 18 jan. 2009.

FREEMAN, Christopher; LOUÇÃ, Francisco. *As time goes by: from the Industrial Revolutions to the Information Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FREEMAN, Christopher; PEREZ, Carlota. Structural crisis of adjustment, business cycles and investment behaviour. In: DOSI, Giovanni et al. *Technical change and economic theorv*. London: Francis Pinter Publishers, 1988.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective*. Harvard University, 1966.

HAGERMANN, Harald; DAL-PONT, Muriel. Business cycles in Juglar and Schumpeter. *The History of Economic Thought*, n. 49, 2007. Disponível em: http://www.unil.ch/webdav/site/cwp/users/neyguesi/public/bc/Juglar_Schumpeter.pdf. Acesso em: 19 jan. 2009.

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*. Yale University Press, 1958.

KEYNES, John Maynard . *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

KRUGMAN, Paul. The fall and rise of development economics. In: RODWIN, Lloyd; SCHON, Donald (Org.). *Rethinking the development experience*. The Brookings Institution, 1994.

MADDISON, Angus. *Monitoring the world economy: 1820-1992*. Paris: OECD, 1998.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. The pioneers of development economics, great economists on development. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 16, p. 125-130, 2007.

_____. Financial dependency and growth cycles in Latin American countries. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 31, 2008.

NORTH, Douglas C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.

NURKSE, Ragnar. *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Blackwell: Oxford, 1953.

PALMA, Gabriel. Latin America during the second half of the twentieth century. In: CHANG, Haa-joon (Ed.). *Rethinking development economics*. Anthem Press, 2003.

PEREZ, Carlota. Microelectronics, long waves and world structural change: new perspectives for developing countries. *World Development*, v. 13, n. 3, p. 441-463, 1985.

_____. The social and political challenge of the present paradigm shift. *Norwegian Investor Forum*, Oslo, 1997. Disponível em: <http://www.carlotaPerez.org/papers/1-the-social-and-political.htm>. Acesso em: 19 jan. 2009.

_____. Technical change and opportunities for development as a moving target. *Cepal Review*, n. 75, p. 109-130, Dec. 2001.

PEREZ, Carlota. *Technological revolutions and finance capital: the dynamics of bubbles and golden ages*. Cheltenham: E. Elgar, 2002.

_____. Technological revolutions, paradigm shifts and socio-institutional change. In: REINERT, E. (Ed.). *Evolutionary economics and income equality*. Cheltenham: E. Elgar, 2004.

_____. *Great surges of development and alternative forms globalization*. The Other Canon Foundation and Tallinn University of Technology Working Papers in Technology Govern, 2007. Disponível em: <http://hum.ttu.ee/wp/paper15.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2009.

_____. *A vision for Latin America: a resource-based strategy for technological dynamism and social inclusion*. 2008. (Working paper). Disponível em: http://www.carlotaPerez.org/papers/Perez_CEPAL_Vision_for_LatAm.pdf. Acesso em: 19 jan. 2009.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSSAS, Mario Luiz. A cheia do Mainstream: comentário sobre os rumos da ciência econômica. *Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-37, 1997.

_____. Elementos para uma integração micro-macrodinâmica na teoria do desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-149, 2002.

_____. *Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. A questão da comparação das teorias em economia. In: CORAZZA, Gentil. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. v. 1, p. 189-205.

_____. A garganta mitológica da teoria econômica. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando Cardim de (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: Manole/Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. v. 1.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SÁ EARP, Fábio. A tríplice revolução keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas. *Ensaio FEE*, ano 21, n. 2, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles, a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York: McGraw-Hill, 1939.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Introdução de Rubens Vaz da Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1982.